



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

As Escolas de Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Henrique Tahan Novaes
Laís Santos

Como citar: NOVAES, H. T.; SANTOS, L. As Escolas de Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In:* DAL RI, N. M. (org.). **Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 213-240. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p213-240>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AS ESCOLAS DE AGROECOLOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA¹

*Henrique Taban Novaes
Laís Santos*

INTRODUÇÃO

A agroecologia começa a ganhar força no cenário latino-americano a partir da década de 1980. Desde então, vários pesquisadores, extensionistas, membros de ONGs e intelectuais de movimentos sociais vêm teorizando sobre suas práticas e princípios. A agroecologia vem sendo assumida como alternativa para fazer o enfrentamento às condições destrutivas que a financeirização da agricultura gerou para diversos trabalhadores e trabalhadoras que se produzem e reproduzem no campo.

Para Stephen Gliessman (2002), Francisco Caporal e José Costabeber (2004), Eduardo Sevilla Guzmán (2011) e Miguel Altieri (2012) a agroecologia não se constitui num discurso unilinear, mas na interação articulada entre o saber codificado por pesquisadores e cientistas em diálogo com os saberes tácitos das comunidades rurais e tradicionais (NOVAES; PIRES, 2016).

¹ Agradecemos as sugestões de João Henrique Pires.
<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p213-240>

A agroecologia não é um conceito estático e mecânico, visto que ela se constitui na diversidade dos chamados movimentos sociais do campo e das florestas, nas ações práticas e formulações teóricas que estão em constante processo de transformação decorrentes da diversidade das características políticas, sociais e culturais de cada comunidade². Do ponto de vista do capital, significa uma espécie de ecocapitalismo, com algumas pitadas de proteção à natureza e com mercados lucrativos em função do apelo à saúde.

A complexa diversidade que compõe as populações da América Latina, bem como a história de resistência e de luta contra a espoliação imposta por um capitalismo dependente e uma *modernização* consentida no campo, tem possibilitado um rico debate sobre a agroecologia. Dezenas de organizações, particularmente as constituídas por trabalhadores rurais, comunidades originárias e das florestas, ampliaram o debate e reforçaram alternativas de agricultura rumo à transição agroecológica³.

Entre essas organizações está o MST que, a partir do ano 2000, assume a agroecologia como matriz produtiva estratégica para as áreas de assentamento e acampamentos sob sua influência. Esta posição é reforçada em 2001, quando o Movimento lança a cartilha *Construindo o caminho* na qual estabelece a necessidade de que “[...] os assentados e assentadas se qualifiquem e dominem os princípios e as práticas agroecológicas, buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social” (MST, 2001, p. 90).

Este texto pretende abordar a entrada da agroecologia na agenda do MST e a importância das suas Escolas de Agroecologia, especialmente as do Paraná. Para isso, na primeira seção abordamos os antecedentes históricos da Agroecologia. Em seguida abordamos a entrada da agroecologia na agenda do MST, para então analisarmos as suas escolas de agroecologia.

² Ver, por exemplo, Tardin (2012).

³ Destaca-se a Via Campesina, um movimento internacional composto por cerca de 164 organizações de 73 países da África, Ásia, Europa e América. Essa organização representa cerca de 200 milhões de pessoas entre camponeses/as, pequenos e médios produtores, povos sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural sem filiação política ou econômica de qualquer tipo.

A AGROECOLOGIA NA AGENDA DO MST

Apesar de o ano 2000 representar o marco referencial da inserção da agroecologia no MST, desde a década de 1980⁴, já existia um debate entre os seus militantes sobre a necessidade de uma matriz alternativa de organização sócio-produtiva para os Sem Terra.

Segundo Ricardo Borsatto e Maristela Carmo (2014, p. 658), as concepções teóricas que norteavam o MST

[...] baseavam-se nas interpretações ortodoxas dos escritos de Marx, Kautsky e Lênin, bem como nas experiências soviéticas e cubanas de coletivização da agricultura, que em sua maioria não se mostraram satisfatórias na realidade dos assentamentos brasileiros. Isso, em conjunto com outros fatores, abriu espaços políticos para a emergência de um novo discurso, no qual o saber camponês e a questão ambiental ganharam relevo, emergindo como consequência um discurso em bases agroecológicas⁵.

Em meio a esse quadro, Dominique Guhur (2010), uma das coordenadoras pedagógicas da Escola Milton Santos e defensora da agroecologia, aponta que o MST é um movimento *de seu tempo*, pois se depa-rou com novas demandas e lutas que cresceram nos últimos anos, como a questão ambiental, enfrentando abertamente os limites e contradições das alternativas que propõem para superar os desafios.

É neste enfrentamento que o IV Congresso Nacional do MST deliberou a agroecologia como bandeira de luta, em torno do que ficou conhecido como *Projeto Popular*.

No texto *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST* (MST, 2000, p. 5), o modelo de agricultura hegemônico baseado na “[...] transferência tecnológica, na utilização de sementes transgênicas, no uso de agrotóxicos, na exportação de *commodities* e no monopólio do uso da

⁴ A agroecologia foi assumida enquanto matriz produtiva no MST em seu IV Congresso Nacional realizado no ano de 2000. Contudo, Pires (2016) destaca que no Caderno de Formação nº 10 de 1986 há um capítulo intitulado *O uso de tecnologias alternativas* abordando o domínio das corporações multinacionais sobre o pacote tecnológico da *Revolução Verde* e a necessidade de construir alternativas ao dependente e degradante modelo hegemônico.

⁵ Para a visão *ecológica* de Marx, ver Foster (2010).

terra por cooperações multinacionais” é apresentado como uma prática que deve ser combatida. Mesmo que tardiamente, o MST percebeu que os *frutos* da revolução verde não poderiam ser colhidos pelos movimentos sociais.

No IV Congresso também foi apresentado o documento *Nossos compromissos com a terra e com a vida*, composto de dez pontos, dentre os quais destacamos: “evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos” (MORISAWA, 2001, p. 238).

Dominique Guhur (2010) ressalta que tal posicionamento exigiu uma reformulação na proposta produtiva e, também, na própria organização do Movimento. Após um período de crise, deflagrado pelos próprios limites internos do MST e pelas ações do governo federal que o afetaram, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) acabou sendo extinto e em seu lugar foi criado o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

A questão ambiental passou a ser fundamental nos debates do Movimento e a agroecologia começou a ser uma alternativa produtiva estratégica na proposta de um *projeto popular*.

Borsatto e Carmo (2014) descrevem que em 1995, na Proposta de Reforma Agrária do MST (2005), é possível identificar a elaboração de propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentados.

A obra de Chayanov contribuiu de forma fundamental para a conformação do arcabouço teórico da Agroecologia (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Da concepção chayanoviana são retirados conceitos sobre os quais se assentam as propostas metodológicas da Agroecologia, tais como o agricultor, visto não mais como um mero objeto de análise, mas como um sujeito criando sua própria existência; a noção de economia moral camponesa; a abordagem de baixo para cima para a elaboração de propostas de desenvolvimento; o uso de análises multidisciplinares da agronomia social; a lógica econômica não capitalista dos camponeses; a compreensão do balanço trabalho-consumo; o conceito de grau de autoexploração; o subjetivismo dos camponeses nas tomadas de decisões e o conceito de ótimos diferenciais (BORSATTO; CARMO, 2014, p. 658).

A reorientação do MST se deu, dentre outros, pelos seguintes fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais, de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA); c) a formação da Via Campesina.

Para Picolotto e Piccin (2008 *apud* BORSATTO; CARMO, 2014, p. 656), “Os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento, enquanto o terceiro ampliou o leque de relações institucionais do MST”.

Nessa reorientação, o trabalhador e a trabalhadora do campo deixam de ser um mero objeto de mobilização em uma massa revolucionária e passam a *sujeitos históricos*, com conhecimento e valores morais considerados essenciais para a construção de uma *sociedade mais justa, sustentável e melhor*. Por este motivo, as metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passam a valorizar o saber camponês que é agregado aos processos de formação do Movimento (GUHUR; TONÁ, 2012, BORSATTO; CARMO, 2014).

A agroecologia do MST, além de fazer referência a uma matriz produtiva de menor degradação ambiental e de reconhecimento dos saberes tradicionais, envolve um intenso questionamento e enfrentamento das políticas e técnicas agrícolas adotadas pelo agronegócio, fortemente mecanizada, com utilização de sementes transgênicas voltada para a exportação, acumulação de capital e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados, não contribuindo com o avanço da luta pela reforma agrária (BORSATTO; CARMO, 2014).

Segundo Pires (2016), o MST considera que a agroecologia é um dos caminhos para combater as novas configurações do capitalismo no campo delineadas pelo agronegócio. Isso pode ser visto nos ataques frontais às grandes corporações. No ato de encerramento da II Jornada Paranaense de Agroecologia, em 2003, o MST promoveu um protesto contra o centro de pesquisa e produção de sementes de soja e milho transgênicos da transnacional Monsanto, localizada na área rural do município de Ponta Grossa. Segundo Guhur (2010, p. 145),

A área foi então ocupada por famílias Sem Terra de acampamentos da região, e convertida no Centro Chico Mendes de Agroecologia, pelo período de 18 meses (prazo ao final do qual as famílias foram despejadas), com diversas atividades de experimentação, produção de semente e formação em agroecologia. De acordo com Gonçalves (2008), esse fato abalou as relações entre as entidades promotoras das Jornadas, causando a retirada de algumas delas, por não apoiarem o caráter de luta contra o capital que o evento havia assumido, e também por se sentirem desprestigiadas na organização. Tratava-se de um momento político importante, uma vez que, embora os cultivos transgênicos estivessem se expandindo no país, de maneira clandestina, não havia ainda uma decisão definitiva do Governo Federal a respeito. A ocupação da multinacional Syngenta Seeds, também no Paraná, e do viveiro de mudas da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, seguiram nessa mesma linha.

As observações de Dominique Guhur (2010) nos ajudam a esclarecer que as ações do MST no campo da agroecologia não podem ser consideradas como meramente ambientais, do tipo *protejamos a natureza*. Há nessas ações um confronto direto com as corporações, visto que estas são produtoras ou consumidoras de transgênicos, acumuladoras de capital, estrangeiras, espoliadoras de terra e exploradoras do povo (NOVAES; PIRES, 2016).

Na nova conformação da exploração da terra no Brasil, o agronegócio é hegemônico, preservando elementos fundamentais do latifúndio (palavra cada vez mais em desuso no novo dicionário do capital) e consolidando uma aliança internacional entre fundos de pensão, bancos, e empresas industriais transnacionais que controlam os insumos, os preços, o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado⁶.

Nos anos de 2013 e 2014, o MST cunha o termo *Reforma Agrária Popular*⁷. Para ele:

Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as

⁶ Ver Ziegler (2012), Campos (2016) e Harvey (2004).

⁷ Roseli Caldart (2013) faz uma instigante relação entre reforma agrária popular, agroecologia, cooperação e educação.

propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudança na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Isso significa valorizar e garantir trabalho as pessoas como condição à emancipação humana e a construção da dignidade e da igualdade entre todos e no estabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza (MST, 2013, p. 149).

Para a proposta da *Reforma Agrária Popular* a agroecologia é a matriz tecnológica assumida como alternativa para a organização sócio-produtiva das famílias assentadas e acampadas, porque representa um meio de aumentar a produtividade do trabalho e das áreas em equilíbrio com a natureza, com possibilidades de enfrentar e combater o agronegócio e a propriedade privada e intelectual decorrente do registro das patentes de sementes, animais, recursos naturais e biodiversidade (MST, 2013).

Para Gonçalves (2008), o que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da reforma agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativados e agroecológicos de produção.

Dominique Guhur e Nilciney Toná (2012) observam que se encontra em gestação uma concepção mais recente e ampliada de agroecologia, que tem como pilar político os movimentos sociais populares do campo⁸. Essa vertente não vê a agroecologia como uma solução meramente tecnológica e ambiental para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola. A agroecologia, como observado pela Via Campesina e pelo MST, é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à degradação da natureza. Nessa concepção, a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, a consciência política e organizacional (GUHUR; TONÁ 2012, p. 66).

⁸ Nilciney Toná é formado em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), um dos coordenadores da Escola Milton Santos do MST/PR e um dos intelectuais do MST que defende a agroecologia.

O MST considera que a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, política e técnica das famílias ajuda a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação extremamente severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais (químico, alimentar e financeiro) (GONÇALVES, 2008).

Apesar da ênfase que o programa *Reforma Agrária Popular* dá à agroecologia, Luzzi (2010) descreve que a incorporação desta matriz produtiva:

[...] pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capacitação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças (LUZZI, 2010, p. 130).

Entretanto, mesmo não tendo força suficiente para fazer a transição radical para a agroecologia, o MST demonstra força para fazer a luta contra o agronegócio, em especial, realizando campanhas permanentes contra o uso de agrotóxicos e defendendo que as sementes, ao invés de monopólio de poucas corporações⁹, sejam patrimônio dos povos a serviço da humanidade (DREMINSKI, 2016).

A campanha permanente contra o uso de agrotóxicos, para além de questionar as mazelas do uso dos defensivos químicos, seja para a saúde humana (com inúmeros casos registrados de contaminação, tanto de trabalhadores como de consumidores), seja pela poluição e depravação dos recursos naturais, exige a adequação do sistema produtivo sobre bases mais limpas, ligadas aos princípios da agroecologia¹⁰.

⁹ Luiz Carlos Machado e Luiz Carlos Machado Filho (2014) descreveram que a biotecnologia e a transgenia, tal qual vêm sendo utilizadas na produção agrícola, se desenvolvem sobre bases técnicas reducionistas que promovem monoculturas e produzem severa erosão genética e laminar.

¹⁰ Os documentários *O Veneno Está na Mesa 1 e 2* de Silvio Tendler nos apresentam uma crítica à revolução verde. Tendler observa, dentre outras coisas, que a revolução verde coloca na mesa de cada brasileiro 5,4 litros de agrotóxicos por ano. O segundo documentário apresenta as experiências de produção agroecológica como alternativa ao modelo contaminante e, ainda, alguns avanços em relação às políticas públicas. Contudo, chamam a atenção os desafios impostos pelas corporações que vêm monopolizando a cadeia produtiva dos alimentos.

Nessa empreitada em busca da democratização e não mercantilização das sementes, como também da luta contra o uso de agrotóxicos, destacamos as ações exercidas pelas mulheres que compõem a Via Campesina.

O protagonismo que as mulheres vêm assumindo na reorientação da organização sócio-produtiva para a agroecologia é tão importante quanto as ações de enfrentamento ao patriarcalismo nas estruturas internas das organizações da classe trabalhadora. Segundo Maria Orlanda Pinassi e Kelli Mafort (2012, p. 155): “Essas mulheres impõem, enfim que pensemos urgentemente numa alternativa radical ao sistema, uma alternativa que se constitua no reino da liberdade e da igualdade substantiva”.

Podemos levantar a hipótese de que a luta pela agroecologia relaciona-se ao que Mészáros (2002, p. 928) chama de “igualdade substantiva” e “produção destrutiva”. Se o capital promove a igualdade formal, os movimentos sociais anticapital podem estar lutando pela construção da igualdade substantiva de gênero, etnia, geração e, principalmente, pela superação da exploração de classe. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência econômica, não subordinação ao marido, envolvendo-se, ao mesmo tempo, com questões de classe, de gênero e ambientais, numa interessante imbricação (PINASSI; MAFORT, 2012)¹¹.

Assim, observamos que a atuação da mulher no MST contribui para o avanço do debate sobre a agroecologia, somando-se à ação dos demais produtores, técnicos extensionistas e mesmo de consumidores, que juntos compõem uma parcela significativa de cidadãos que se articula em defesa da produção agroecológica, a exemplo da Articulação Nacional para Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

No campo de ação de luta no âmbito das ações simbólicas (e de caráter marginal) do Estado capitalista brasileiro devemos destacar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - que nos limites do Estado é controlado pelo agronegócio - vêm reconhecendo a necessidade do desenvolvimento de práticas orgânicas

¹¹ Algumas vertentes do marxismo ainda separam o trabalho *produtivo* do trabalho *improdutivo* e doméstico. Neste caso, todo o trabalho doméstico/reprodutivo, majoritariamente feminino, é ocultado. Para este debate, ver Vasconcellos (2015).

e agroecológicas. Não custa reforçar que a criação destas ações se, por um lado, impulsionou a vida de muitos assentamentos, por outro, significa uma não política de reforma agrária, à medida que o *lulismo* bloqueou qualquer possibilidade de reforma agrária e de criação das condições gerais de produção e reprodução dos assentamentos rurais (NOVAES; PIRES; SILVA, 2016)¹².

Porém, em meio à complexidade e disputa pela matriz agroecológica, não podemos ignorar que existem várias organizações que seguem a cartilha ecodesenvolvimentista de organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, ligando-se à área de forma oportunista e/ou reformista, com a finalidade de desenvolver *mercados verdes*, com discurso de sustentabilidade e valoração do produto. Tal fato é ilustrativo de que existem, pelo menos, duas vertentes ligadas à agroecologia, uma relacionada aos *mercados verdes*, orientados pela lógica capitalista e, outra, mais à esquerda da vertente ecocapitalista, relacionada às bandeiras do MST que, em alguma medida, não dissocia as bases estruturais da produção de uma reflexão sobre as questões sociais, tais como: juventude campesina; gênero; luta de classes; dentre outras.

Para Guhur e Toná (2012, p. 63), adeptos da segunda vertente:

[...] a agroecologia não se restringe ao desenvolvimento de experiências de agricultores de base ecológica, ressaltando processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social, indo além da luta econômica imediata e corporativa e das ações localizadas, e por vezes assistencialistas, junto aos agricultores. De fato, a agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação.

Guterres (2006) explica que a agroecologia no Brasil desenvolve-se de forma restrita, ou mesmo não se desenvolve, porque a maioria das instituições de ensino aborda a questão agroecológica sem levar em consideração outras dimensões que não a ecológica. O autor também salienta que não existe assistência técnica suficiente para acompanhar todos os sujeitos que iniciam o processo de transição agroecológica.

¹² Ver especialmente Sampaio Júnior (2013).

AS ESCOLAS DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ¹³

No final do século XX e início do século XXI, os cursos de agroecologia começaram a surgir formalmente no cenário nacional. Até o final de 2013, identificávamos 136 cursos em funcionamento, sendo 108 de nível técnico, 24 de nível superior e 04 de pós-graduação strictu sensu, e a maioria (44) desses cursos estavam localizados na região nordeste do país. (BALLA et al., 2014).

O Paraná se destaca por ser o Estado que mais possui Centros e Escolas de formação do MST, com 05 no total, sendo eles: Escola Iraci Salete Strozak e Escola Ireneo Alves dos Santos localizadas em Rio Bonito do Iguçu, ambas interligadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro); Escola Milton Santos (EMS), em Maringá; Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) no assentamento Contestado, localizado no Companheiro Tavares, em São Miguel do Iguçu (SANTOS, 2015; PIRES, 2016).

Os Centros/Escolas de Formação do MST não integram a rede oficial de ensino, atuam como Centros de Formação em Educação do Campo, tendo cursos oficialmente reconhecidos por meio das parcerias com as Universidades e Institutos Técnicos Federais, dentre outras.

Nos Centros/Escolas também são realizados cursos não formais oferecidos aos membros e simpatizantes do Movimento que englobam temas amplos relacionados à formação da sociedade, reforma agrária, política, cooperativismo¹⁴, agroecologia, educação, trabalho, luta de classes, encontros e seminários do MST.

Com base no documento do MST – PR (2004) citado por Aparecida Lima (2011, p. 87) os principais objetivos dos Centros/Escolas de Formação do Movimento no Estado do Paraná são:

- Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;

¹³ Os dados trabalhados neste item advêm de Santos (2015).

¹⁴ Para o debate da cooperação e cooperativismo, ver Dal Ri e Vieitez (2008) e Novaes, Pires e Silva (2016).

- Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os agricultores/as;
- Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
- Aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;
- Ser espaços de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
- Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente cultura camponesa;
- Ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando – se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro.

Lima et. al. (2012, p. 194) argumentam que os Centros/Escolas do Movimento

[...] representam: a) um espaço importante, em construção, na formação de quadro militante; b) a socialização do conhecimento histórico e científico produzido pela humanidade; c) a aproximação dos trabalhadores do campo e da cidade, apoiando a construção de ações coletivas de comum interesse.

Guhur (2010) afirma que o MST ao discutir a agroecologia na verdade está discutindo um projeto de sociedade e não simplesmente uma matriz tecnológica, por isso, a preocupação com a organização do cotidiano, das atividades e o cuidado com a alimentação são assuntos que estão embutidos nos cursos de agroecologia.

A agroecologia tem sido entendida no âmbito da formação técnica profissional do MST como uma ciência que modifica as relações sociais, na medida em que convida os sujeitos a pensarem suas práticas em relação ao meio ambiente e à sociedade, que apresenta uma alternativa e possibilita um projeto de sociedade que vislumbre relações sociais mais igualitárias e conscientes (SANTOS, 2015).

Para Guhur (2010), o objetivo é construir a *escola diferente*, tendo como referência as práticas educativas construídas pelo próprio Movimento.

Comprendemos que certa uniformidade apresentada nos cursos se baseia no princípio da intencionalidade pedagógica apontado como um dos objetivos da educação do MST, tendo alguns elementos básicos formadores característicos sendo eles: a alternância; os tempos educativos; o trabalho; a gestão democrática; e a pesquisa.

Nas páginas a seguir apresentamos um breve histórico geral dos Centros/Escolas do MST.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) foi o primeiro centro de formação constituído pelos assentados de Reforma Agrária no estado do Paraná, entre os anos de 1988 e 1999, sendo composto por duas unidades. Uma está localizada no Assentamento Jarau, no município de Cantagalo, e outra, denominada de unidade Vila Velha, localizada no Assentamento Ireño Alves, no município de Rio Bonito do Iguçu (GUHUR, 2010).

A partir de 1993, quando o território foi formalmente destinado à reforma agrária, o Movimento dedicou um espaço para a construção de um Centro/Escola de Formação. No início, foram construídas infraestruturas de barracos com lona preta, com o objetivo de desenvolver atividades de formação e cursos que contemplassem os princípios do MST na região (LIMA, 2011).

No CEAGRO foram realizados diversos cursos de formação para militantes do MST, mas também para militantes de outros movimentos sociais e organizações populares, entre os quais destacamos: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB); Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA).

Com os encaminhamentos advindos do IV Congresso Nacional do MST, em 2003, uma das principais atividades formativas do CEAGRO foram os cursos de Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, que inicialmente foram desenvolvidos em parceria com a Escola Técnica

da Universidade Federal do Paraná (ET/UFPR) e com o Instituto Federal do Paraná (IFPR).

No CEAGRO até o momento foram realizadas seis turmas do curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, com um total de 211 formandos. Estavam em andamento, no momento em que obtivemos as informações, o início da 7ª turma do curso de Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, com 60 educandos; uma turma de 34 educandos do curso de Técnico em Meio Ambiente; e uma turma de 54 educandos do curso de Especialização de Produção em Leite Agroecológico.

A Escola Milton Santos (EMS) é o único Centro/Escola de Agroecologia do MST no Paraná que não está localizada em uma área de assentamento ou de reforma agrária. Ela funciona desde julho 2002 em uma antiga área abandonada do município de Maringá cedida ao MST pela prefeitura. Cabe destacar que a conquista da área se deu após quase 10 anos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo espaço para a construção da escola.

A concessão do uso do bem público a título gratuito com o direito de uso do terreno para a construção da escola foi dada ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), o qual se manteve como representante legal da EMS até o ano de 2007. Desde então, através de uma reorganização dos trabalhadores e trabalhadoras da EMS e do MST, formalizou-se a Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos (ATEMIS), fundada em 10 de janeiro de 2007.

Constatamos que a concessão de uso da área dada ao ITEPA recebe constantes incursões por parte da administração pedindo a sua revogação. A última informação que levantamos foi que “[...] diante da infundada insistência da Prefeitura Municipal em pedir a reintegração de posse, o juiz federal extinguiu o processo, dando ganho de causa à EMS e condenando o ente municipal a ressarcir o ITEPA em R\$ 5.000,00, devido às despesas judiciais” (EMS, 2015, p. 1).

Contudo, a luta para manter a EMS é diária, já que “[...] estão em jogo interesses comerciais e imobiliários, pois no entorno da Escola há um conjunto de projetos para a construção de parques industriais e a previsão,

inclusive, de um contorno rodoviário, que valoriza ainda mais o terreno” (EMS, 2015, p.3).

Atualmente, a escola conta com ampla infraestrutura, dispõe de sala de aula, auditório, biblioteca, laboratório físico-biológico, telecentro, alojamento, refeitório, lavanderia e casas destinadas aos educadores e às famílias de trabalhadores que residem na escola. E ainda conta com a permanência de aproximadamente 30 trabalhadores residentes no local, que contribuem em diversos setores da escola.

Para o *lazer* a escola oferece um campo de futebol gramado, uma quadra de vôlei de areia e um parque infantil.

Na EMS, desde sua inauguração, moram pessoas ligadas ao Movimento integrantes de suas diversas instâncias, tais como, acampamento, assentamento, cooperativa e voluntários. Os moradores permanentes constituem um Núcleo de Base da escola denominado de NB Milton Santos. Esse NB tem quatro setores de atuação, quais sejam: administrativo; pedagógico; infraestrutura; e produção. Cada setor tem suas equipes de trabalho para o desenvolvimento das tarefas, como, por exemplo, o setor administrativo que desenvolve as tarefas relativas à secretaria, finanças etc.

O objetivo da EMS é estimular o desenvolvimento agrícola, a agroecologia, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento comunitário e cultural. Conforme salienta Toná em entrevista, a EMS surge “[...] para ser um espaço de atividades da classe trabalhadora”. Atua com atividades de educação, capacitação e pesquisa sobre a questão agrária e a agroecologia. Constitui-se como um Centro de Educação do Campo com vistas de elevar o nível de formação política e cultural, educação e capacitação de jovens e adultos do campo (GUHUR, 2010).

Desde a sua fundação, a EMS vem realizando cursos de formação na área técnica, visando atingir seus objetivos enquanto um centro de difusão dos princípios da agroecologia. Desse modo, desde 2003 a escola oferece em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), as seguintes modalidades do Curso Técnico em Agroecologia: a) Pós-médio (subsequente ao ensino médio), com duração de 02 anos; b) Integrado ao

ensino médio, com duração de 3 anos e meio; e c) Integrado ao ensino médio/Educação de Jovens e Adultos (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA), com duração de 02 anos.

Dentre os cursos oferecidos na escola, destacamos a realização de quatro turmas do Curso Técnico em Agroecologia, com a formação de 80 técnicos até o ano de 2011. Atualmente, a escola está realizando a 5ª turma do Curso Técnico de Agroecologia com previsão de finalizar em 2018. Em parceria com a UEM está realizando o Curso de Pedagogia em Educação do Campo, com previsão de conclusão em 2017, e também o Curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que será finalizado em 2016. Guhur (2010, p.152) salienta que os cursos técnicos em agroecologia da EMS “[...] visam atender, prioritariamente, às regiões Norte, Centro-Oeste e Noroeste do Estado do Paraná (embora em suas turmas estivessem educandos de quase todas as regiões do estado)”.

Além dos cursos técnicos e do Curso de Pedagogia, atualmente existente na escola, são regularmente oferecidos cursos não formais em diversas áreas (agroecologia, saúde, formação política e cultural), como também encontros, seminários e eventos similares promovidos por movimentos sociais populares, partidos políticos de esquerda e outras organizações.

Segundo documentos da Escola Milton Santos (2003), assim como os demais cursos e escolas do MST, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMS foi construído tendo em vista a Teoria da Organização, as Normas Gerais do MST e o Método Pedagógico sistematizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC).

[...] na concepção que orienta esse projeto, a formação deve ser constituída como um processo que visa ajudar a preparar militantes, estudantes e dirigentes para a ação e transformação, para o trabalho, o estudo, o cuidado com o ser humano e a natureza, para a pesquisa e a cooperação. Nesse sentido devemos ver a formação como um processo permanente de transformação humana para a prática de novos valores e de caráter humanista e socialista (ESCOLA MILTON SANTOS apud GUHUR; TONÁ, 2012, p.5).

Lima (2011) afirma que são quatro os eixos fundamentais que organizam o PPP da escola, sendo eles: o estudo; o trabalho produtivo; a organicidade (estrutura organizativa); e a convivência. A autora afirma que, a partir deles, a proposta pedagógica da EMS se orienta pelos seguintes elementos metodológicos: a) Regime de alternância; b) Trabalho como elemento pedagógico fundamental; c) Formação integrada ao processo de produção; d) Organização dos tempos educativos; e) Organização de coletivos; f) Relação escola e comunidade como elemento estratégico; g) Qualificação aliada à escolarização e h) à formação política¹⁵.

Alguns elementos caracterizam a Escola Milton Santos, e podem ser observados através do quadro explicativo sistematizado por Lima (2011, p.208):

QUADRO 1 – QUADRO EXPLICATIVO

Organização curricular do Curso Técnico em Agroecologia, estruturado no Regime de Alternância (TE-TC) por módulos – etapas;

- Organização da Escola em torno dos Cursos Técnicos (Agroecologia) e outras práticas educativas ligadas à educação popular (não formal);
- Escola de tempo integral;
- Escola organizada através de diferentes tempos (espaços) educativos;
- Escola de jovens e adultos, mas organiza e garante o trabalho com a educação infantil e com adolescentes (filhos dos educandos/educadores/trabalhadores/militantes);
- Trabalho e gestão da escola são assumidos coletivamente por diversas pessoas/ sujeitos (educadores-educandos);
- Base curricular (oficial) do Curso Técnico em Agroecologia por área de conhecimento, organizada em unidades didáticas (disciplinas) desenvolvidas no TE, em períodos intensivos no Tempo Aula em cada etapa e, se necessário, são orientadas trabalho para o TC:

a) Educação Técnica Profissional;

b) Educação Básica de nível Médio e Técnico Profissional (Ensino Médio Integrado e Proeja);

- Educadores com níveis diferenciados de participação na Escola (Professores Itinerantes, Professores no MST, IFPR e outras Instituições de Ensino Públicas – voluntário-simpatizantes do MST e da luta pela Reforma Agrária);
- Níveis de Gestão: Escola e MST; Escola e Parcerias; Escolas e Turmas, e Escola – Educandos/ Educadores. A inserção dos educandos e educadores numa estrutura orgânica que garante o funcionamento da Escola

Fonte: Lima (2011)

¹⁵ Também percebemos a existência desses eixos na pesquisa que fizemos na Escola Itinerante Cidinha – escola de educação infantil até ensino médio do MST- localizada no Assentamento *Eli Vive*, Distrito de Lerrovile, Londrina, Paraná. Esta é uma das escolas que tem implementado os princípios da agroecologia e da *metodologia* dos Complexos Temáticos desenvolvidos por Moisey Pistrak. Ver Sapelli, Freitas e Caldart (2013).

A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) não está restrita ao âmbito do MST, articulando-se com outros movimentos sociais ligados à Via Campesina e constitui-se como um importante centro de práticas e discussões a respeito da agroecologia e da questão agrária na América Latina.

A ELAA surgiu como uma articulação dos movimentos sociais do campo, em especial os da Via Campesina, com a necessidade de formar técnicos de nível superior com vistas ao projeto estratégico de soberania alimentar dos povos da América Latina. Nessa perspectiva, durante o V Fórum Social Mundial realizado em 2005, na cidade de Porto Alegre, foi estabelecido um protocolo de intenções entre a Via Campesina Internacional, Via Campesina Brasil, Governo da República Bolivariana da Venezuela, Governo do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, que previa a criação de cursos técnicos e profissionais voltados à realidade das populações camponesas integrantes dos movimentos sociais (VALADÃO, 2011).

Em março de 2005, no território do Assentamento Contestado no município da Lapa, iniciaram-se as atividades da ELAA, com reflexões para construção das bases operacionais de um Centro/Escola de Agroecologia internacional. Destacamos que, além da ELAA, foram criados na mesma perspectiva, vinculados à Via Campesina, os Institutos de Agroecologia Latino Americano (IALA) na Venezuela e no Paraguai. Nos últimos anos, o Equador também está iniciando a proposta de criação de um instituto com o mesmo objetivo (REZENDE, 2014).

Segundo entrevista realizada com um membro da CPP da ELAA, em 2014, até aquele momento já tinham sido formadas duas turmas de Tecnólogo em Agroecologia e estava em andamento a 3ª turma do curso, além da 1ª turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com foco em ciência da natureza.

Os cursos da ELAA, assim como nos demais Centros/Escolas do Movimento no Estado, começam a ser desenvolvidos via PRONERA e em parceria com a Escola Técnica da UFPR. Porém, com a criação dos Institutos Federais, a parceria acadêmica dos cursos de tecnólogo passou

a ser realizado pelo IFPR¹⁶. Até o momento foram formados mais de 110 Tecnólogos em Agroecologia na ELAA.

A Escola José Gomes da Silva (EJGS) é o Centro/Escola de Agroecologia onde se formou a turma de técnico em agroecologia integrado ao ensino médio, Turma Revolucionários da Terra (PIRES, 2016). A EJGS está localizada no Assentamento Antônio Companheiro Tavares (AACT)¹⁷ às margens da BR 277 (Rodovia Federal que corta o estado do Paraná de leste a oeste), mais especificamente na altura do KM 703 no município de São Miguel do Iguaçu, a 25 Km de Foz do Iguaçu extremo oeste do estado e fronteira com a Argentina e Paraguai (PIRES, 2016).

Antes do AACT ser uma conquista da reforma agrária, a área, denominada de Fazenda Mitacoré, pertencia ao extinto Grupo Bamerindus, presidido por José Eduardo Andrade Vieira, ministro da agricultura durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e senador pelo estado do Paraná entre 1991 e 1999.

Segundos relatos de famílias assentadas, em 1997 surgiram denúncias de corrupção contra o ex-senador e informações do endividamento no Banco Bamerindus. Essas denúncias abriram possibilidade para o MST mobilizar as famílias que compõem a sua base e estabeleceram acampamento nas proximidades do km 705, às margens da BR 277, e ali ficaram acampadas como forma de pressionar o governo para desapropriar a área e destiná-la à reforma agrária.

Isso foi em 6 de agosto de 1997, de madrugada. Eu não participei no dia, eu vim à tarde. Sabia, mas aí tava chovendo muito e fiquei um pouco pra trás, eu cheguei logo depois do meio-dia, mas o pessoal de madrugada já tinha organizado, mas era na beira da BR, ninguém falava em Mitacoré, 'Deus o livre invadir Mitacoré'. Então o pessoal foi se reunindo, mas tudo já mobilizado e tinha bastante apoio das

¹⁶ Através do PRONERA são desenvolvidos cursos formais que vão desde a educação infantil, passando pela alfabetização de jovens e adultos chegando ao ensino superior. Guhur (2010, p. 104) salienta que a expansão de atendimento do programa tem sido insuficiente pela escassez e descontinuidade de recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal e por ainda não ter conquistado um status de política prioritária.

¹⁷ O nome do assentamento faz homenagem a Antônio Tavares, trabalhador Sem Terra morto no dia 02 de maio de 2000, por uma ação truculenta da polícia na BR 277 próxima de Curitiba. Os Sem Terra se dirigiam à capital do estado para uma manifestação popular em referência ao dia do trabalhador e também pelo fornecimento de crédito subsidiado para as famílias assentadas. Sob às ordens do então governador Jaime Lerner, a polícia reprimiu os trabalhadores e trabalhadoras e Tavares foi morto.

entidades que ajudava a trazer o povo. E o povo se reunindo de caminhão e tudo o que é jeito, aí foram se acampando na beira da BR lá embaixo, onde tem aquela pontezinha no Rio Bonito, onde tinha uma área assim que era um colônião. Se dizia que era beira da estrada, mas já tava dentro da área aqui, mas nunca se...’ Não, Mitacoré não vai sair de jeito nenhum!’ Mas depois foi se criando várias dificuldades no acampamento: imagina em dia de chuva e foi chegando gente. No início foi em torno de 100 famílias no 1º dia e aí foi chegando gente de Medianeira, São Miguel, Santa Helena, Capanema, Missal, Santa Terezinha, até umas 350 famílias ali (MST, 2011, p. 12).

A gênese para a construção do Centro/Escola José Gomes da Silva deu-se durante o encontro estadual do MST realizado entre os dias 20 e 22 de dezembro de 1999, na sede da antiga Fazenda Mitacoré, ainda quando acampamento. Neste encontro, tomou-se a definição política de construir ali um centro de formação educacional, política e técnica, já com início no próximo ano. Para tanto, foi criado o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA) com o objetivo de promover a formação dos trabalhadores e trabalhadoras, jovens e adultos para o trabalho e a vida no campo. Posterior à constituição do ITEPA, o Centro/Escola foi nomeado de José Gomes da Silva pela coordenação do Movimento, como uma homenagem ao fundador da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA) (PIRES, 2016)¹⁸.

Enfim, a Escola José Gomes da Silva é “[...] uma conquista do MST e deve aplicar os princípios do Movimento, fazendo parte de sua estrutura orgânica e colocando a sua disposição todas suas instalações e espaço” (REGIMENTO INTERNO, 2007, p. 04 *apud* PIRES, 2016, p. 89). Além do MST, a Escola também estabelece vínculo com outros movimentos sociais, e entre os seus objetivos apresenta “[...] ser um espaço de encontros, articulação e intercâmbio com os movimentos populares, *Via Campesina* e Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC)” (REGIMENTO INTERNO, 2007, p. 04 *apud* PIRES, 2016, p. 89).

¹⁸ O nome da escola é uma homenagem ao agrônomo José Gomes da Silva fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). Foi um dos principais membros da equipe que elaborou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Falecido em 1996, deixou importantes contribuições sobre a temática da reforma agrária.

Analisando os princípios pedagógicos da Escola é perceptível a intencionalidade em desenvolver um trabalho específico de educação e formação de seus sujeitos, conforme apresentamos no quadro 1.

QUADRO 2 - PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA EJGS.

Princípios	Descrição
Direção coletiva	Todas as instâncias serão formadas por comissões de trabalhadores/as com igual direito e poder. As decisões serão tomadas, prioritariamente, por consenso político.
Divisão de tarefas	Estimular e aplicar a divisão de tarefas e funções entre os sujeitos dos coletivos valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o personalismo.
Profissionalismo	Todos os membros dos setores e coletivos devem encarar com profissionalismo suas funções. Considerando profissionalismo sob dois aspectos: a) transformar a luta pela terra e a organização do Movimento como sua profissão militante. Ter amor e dedicar-se de corpo e alma por ela; b) Ser um especialista, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais, naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas, tendo em vista o conjunto da organicidade do Movimento.
Disciplina	Aplicar o princípio de que a disciplina é o respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento de horários, mas, sobretudo de tarefas e missões.
Planejamento	Aplicar o princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser avaliado, definido e planejado a partir da realidade e das condições objetivas da organização.
Estudo	Estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às atividades do Movimento. A organização que não formar seus próprios quadros políticos não terá autonomia para conduzir as lutas.
Vinculação com as Massas	A vinculação permanente com as massas de trabalhadores/as é a garantia do avanço das lutas e da aplicação de uma linha política correta. Das massas devemos aprender as aspirações, anseios e a partir de sua experiência, corrigir nossas propostas e encaminhamentos.
Crítica e autocrítica	Aplicar sempre o princípio da avaliação crítica de nossos atos e, sobretudo, ter a humildade e grandeza de fazer a autocrítica, procurando corrigir os erros e encaminhar soluções.

Fonte: Pires (2016), com base no PPP/EJGS (2007).

Por meio destes princípios, segundo Pires (2016), a EJGS busca desenvolver um trabalho pedagógico no qual se exercita a tomada de decisões

democrática, o trabalho e o aprendizado em uma dimensão coletiva e participativa, que tenham vínculos com a classe trabalhadora e sejam críticos, buscando avançar com a organicidade¹⁹ e demandas do MST.

Para aplicar esses princípios, todas/os trabalhadoras/es que contribuem com a Escola se organizam em: a) Núcleos de Base (NB)²⁰; b) Setores: Pedagógico, Administrativo, Moradia, Infraestrutura e Produção. A EJGS não possui um orçamento fixo para executar suas atividades, seu sustento se dá através da sua produção que os trabalhadores, incluindo educadores e educadoras, desenvolvem na Escola. A escola também não possui uma equipe contratada para desenvolver as atividades pedagógicas, de autosserviços e de produção. Os trabalhadores são voluntários e militantes do Movimento, que contribuem para construir e manter os espaços da EJGS.

Essa lógica impõe limites para a qualificação funcional da Escola, em nível de formação e de autossustento. Por não possuir uma equipe exclusiva, os trabalhadores e trabalhadoras são deslocados para outros espaços do MST ou fora dele. Os motivos desses deslocamentos são diversos, tais como serem assentados, não se adequarem aos princípios organizativos da Escola, problemas familiares, saúde, entre outros.

Contudo, mesmo enfrentando seus limites e dificuldades, constatamos que desde a sua fundação vários cursos de formação foram desenvolvidos na Escola. Entre os anos de 2000 a 2003 ocorreram quatro Cursos Prolongados em Agroecologia em parceria com a ONG Desenvolvimento e Paz do Canadá. Cada curso durou em média 75 dias, e mesmo não sendo formais contaram com a participação de aproximadamente 100 pessoas por curso.

¹⁹ O termo organicidade é bastante usado nos debates internos do MST. Seu significado e conteúdo pretendem: ampliar a participação; elevar o nível de consciência das famílias; formar militantes e quadros; ter o controle político do espaço geográfico; implantar os círculos orgânicos; manter-se permanentemente vigilante; afastar os inimigos; e acumular forças. Tudo isso ajudará na elaboração da estratégia na luta política pela reforma agrária, dando condições de fazer a disputa política na sociedade brasileira. Para maiores informações sobre a organicidade do MST ler: MST: Método de Trabalho e Organização Popular. Setor Nacional de Formação (2005).

²⁰ Os NBs são compostos por 10 famílias e representam a base da organização do MST. Cada NB escolhe dois coordenadores, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Esses coordenadores exercem essa função durante um tempo pré-estabelecido, após esse tempo, o NB escolhe outros dois coordenadores (PIRES, 2016).

Em convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério de Meio Ambiente (MMA) e Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) foi desenvolvido pela Escola nos assentamentos, pela Brigada José Martí, composta por famílias dos assentamentos Antônio Companheiro Tavares, 16 de Maio, Santa Izabel, Ander Rodolfo Henrique e Nova União, o projeto intitulado de *Centro de Irradiação e Manejo da Agrobiodiversidade (CIMA)*, com perspectiva de resgate, valorização e disseminação de práticas agroecológicas nos assentamentos da reforma agrária.

Também foram realizados pequenos cursos e oficinas, tais como: reconhecimento e cultivo de plantas medicinais; preparo de produtos de limpeza; compostos orgânicos para horticultura ecológica; transformação do leite em derivados (queijos variados, manteiga, doce); derivado de cana-de-açúcar (melado, açúcar mascavo, etc); oficinas e cursos de geoprocessamento de *Global Position System* () e Teodolito Estação Total.

Via PRONERA realizaram-se dois cursos técnicos, o Técnico em Agroecologia, no qual se formaram 46 educandos/as em parceria com ET/UFPR, e o Curso de Saúde Comunitária, que formou 21 educandos/as filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras acampados e assentados da reforma agrária, em parceria com o IFPR.

Os cursos formais foram trabalhados seguindo a *Pedagogia do Movimento* e no regime de alternância, sendo divididos em tempo escola (70%) e tempo comunidade (30%).

CONCLUSÃO

O debate sobre a agroecologia, surgido no seio dos movimentos sociais, se diferencia do ecocapitalismo e das soluções elitizadas criadas pelas corporações *verdes* ou por camadas intermediárias da sociedade. As soluções capitalistas para os problemas socioambientais tendem a piorar os problemas sociais.

As escolas de agroecologia do MST trazem questões essenciais para o debate da educação para além do capital. O exercício da gestão demo-

crática no cotidiano das escolas, a alteração dos conteúdos, em geral de denúncia dos princípios científicos da revolução verde, bem como a difusão de teorias e práticas científicas agroecológicas nas escolas do MST, nos mostram que é possível e necessário modificar radicalmente a educação.

As escolas de agroecologia mostram também que os movimentos sociais podem organizar suas escolas, sua produção e, em termos mais amplos, sua vida, sem o comando dos tecnocratas do Estado e empresários capitalistas. Também por isso, o debate sobre as experiências de escolas dos movimentos sociais e de agroecologia do MST é tão importante.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BALLA, João Vitor Quintas et. al. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*. Rio de Janeiro, n. 9, v. 2, p.3-14, 2014.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, v 51, n. 4, p. 645-660, out./dez 2013/2014.
- CALDART, Roseli Salette. *Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da reforma agrária popular*. Trabalho encomendado e apresentado na 36ª Reunião Anual da Anped, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de Setembro 2013.
- CAMPOS, Fabio. Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira. In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H. T.; PIRES, J. H.; LOPES, J. A. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2016, v. 2, p. 41-60.
- CAPORAL, Francisco. COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e extensão rural*. Contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008. 346p.
- DREMINSKI, João. Sementes crioulas. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2016, v. 2, p. 300-321.
- ESCOLA MILTON SANTOS. *A Escola Milton Santos*. Maringá, 2003. Mimeo.
- ESCOLA MILTON SANTOS. *A Escola Milton Santos nos dias de hoje*. Maringá, 2015. Mimeo.

- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba: Catie, 2002.
- GONÇALVES, Sérgio. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. 2008. 220f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GUHUR, Dominique Michèle Periotto. *Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular*. 2010. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.59-67.
- GUTERRES, Ivani (org). *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GUZMÁN, Eduardo S. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz: Plural, 2011.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LIMA, Aparecida C. *Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana*. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- LIMA, A. C. et al. Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F.C; NOVAES, H.T; BATISTA, E. L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 55-79.
- LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2010, 280f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem venenos*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio! Textos para debate do 4º. Congresso Nacional do MST.* São Paulo: MST, 2000.

_____. *Construindo o Caminho.* São Paulo: MST, 2001.

_____. *Método de trabalho e organização popular.* São Paulo: Setor de Formação do MST, 2005.

_____. *Cartografia social dos trabalhadores rurais sem terra do Assentamento Antônio Companheiro Tavares.* São Miguel do Iguaçu: MST, 2011.

_____. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000.* São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINASSI, Maria Orlanda; MAFORT, Kelli. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.* São Paulo: Outras expressões, 2012, p. 81-99.

PIRES, João Henrique de Souza. *Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola “José Gomes da Silva”, MST-PR.* 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

NOVAES, Henrique Tahan.; PIRES, João Henrique.; SILVA, Douglas Rodrigues. Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo do trabalho associado. In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H. T.; PIRES, J. H.; LOPES, J. A. (Org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia.* São Paulo: Outras Expressões, 2016, v. 2, p.99-134.

REZENDE, Simone. *Entrevista.* Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). [01 out 2014]. Entrevistadoras: BRABO, T. S. A. M. SABIA, C. P. P., 2014.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) *Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.* São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, Laís. *Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória.* 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SAPELLI, Marlene; FREITAS, Luiz; CALDART, Roseli. *Plano de estudos.* Cascavel: Unioeste, 2013.

TARDIN, José Maria. Cultura Camponesa In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs) *Dicionário da*

Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p.180-188.

TENDLER, Silvio. *O veneno está na mesa*. Rio de Janeiro: Caliban, 2009. v.1

TENDLER, Silvio. *O veneno está na mesa II*. Rio de Janeiro: Caliban, 2012. v.2

TONÁ, Nilciney. *Entrevista*. [set. 2013]. Entrevistadora: Lais Santos. Maringá, 2013.

VALADÃO, Adriano da Costa. Educação do Campo e Ensino Superior Tecnológico: a experiência da Escola Latino Americana de Agroecologia. In: SOUZA, Maria Antonia (org.). *Prática educativas do/no campo*. Ponta Grossa: UEPG, 2011. v. 1, p. 41-66

VASCONCELLOS, Bruna. Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 341-370.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa*. Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2012.